

# Superior Tribunal de Justiça

## RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 117.029 - MG (2019/0252025-6)

**RELATOR** : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**  
**RECORRENTE** : **LEONARDO SABINO DOS REIS FILHO (PRESO)**  
**ADVOGADO** : **CARLOS ALBERTO RESENDE CODIGNOLE - MG158921**  
**RECORRIDO** : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

### DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido de liminar, interposto por **LEONARDO SABINO DOS REIS FILHO** contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

Consta dos autos que o recorrente foi preso, em flagrante – vindo a custódia a ser convertida em preventiva –, pela suposta prática do delito tipificado no art. 121, c/c 14, II, e art. 329 do Código Penal.

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus*, perante o Tribunal de origem, que denegou a ordem, nos moldes do acórdão assim ementado:

"*HABEAS CORPUS* - HOMICÍDIO TENTADO - LIBERDADE PROVISÓRIA - IMPOSSIBILIDADE - CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO - PRISÃO PREVENTIVA FUNDAMENTADA - PRESENÇA DOS REQUISITOS PREVISTOS NO ART. 312 DO CPP - GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA - ORDEM DENEGADA - Estando devidamente fundamentada a decisão que determinou a prisão preventiva e demonstrada a necessidade de garantia da ordem pública, a segregação cautelar se impõe. Ordem denegada (e-STJ, fl. 63).

Nesta Corte, o recorrente alega, em síntese, a existência de constrangimento ilegal, pois o decreto prisional não teria observado os requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal, aduzindo que a constrição cautelar foi decretada unicamente com base na suposta periculosidade do agente, assim como na gravidade do delito, inexistentes na espécie.

Invocando o princípio constitucional da presunção de inocência, aduz que "não há provas robustas nos autos que ensejem a segregação cautelar do paciente, uma vez que, diante das provas carreadas aos autos, não foram encontradas graves lesões na vítima" (e-STJ, fl. 83).

Requer, assim, a revogação da prisão preventiva.

O pedido de liminar foi indeferido, à fl. 104 (e-STJ).

Prestadas as informações, às fls. 107-109 e 111-120 (e-STJ), o Ministério Público Federal manifesta-se pelo não provimento do pedido recursal (e-STJ, fls. 128-132).

#### **É o relatório.**

Decido.

Havendo prova da existência do crime e indícios suficientes de autoria, a prisão preventiva, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal, poderá ser decretada para garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da

# Superior Tribunal de Justiça

instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal.

Assim fundamentou o Juízo processante, ao convolar a prisão em flagrante em preventiva:

"[...] Da inicial análise do contexto, vislumbro ao menos por ora, a presença dos pressupostos autorizadores da custódia cautelar, nos termos do art. 310, II, do CPP.

Como cediço, as prisões processuais têm caráter excepcional somente se justificando frente a presença dos requisitos legais, *ex vi* do princípio da inocência constitucionalmente contemplado.

**Compulsando os autos tenho que presentes se encontram as condições necessárias ao decreto da medida de comunidade, onde raros são os delitos deste jaez.**

**Pelo já coligido, há comprovação da ocorrência de grave crime, bem como sérios indícios da respectiva autoria, conforme se pode verificar do bojo dos autos (art. 312 e 313, I, do CPP).**

**Além da gravidade do delito (homicídio tentado), em tese, cometido com *modus operandi* revelador de extrema periculosidade do agente, que estava envolvido em “luta corporal com um grupo rival liderado por um tal de Tonho” f.07), causou ele clamor público, já que praticado numa pequena comunidade, onde raros são os delitos deste jaez.**

Portanto, dentro desse de insegurança, a prisão decretada, longe de ferir qualquer princípio está mesmo em sintonia com a legislação pátria.

Se diante de fatos de natureza tão grave de impunidade se destacaria, surtindo efeitos perturbadores da paz social e incentivadores de ações ilícitas.

**A liberação do executor preso chega a ser um despropósito que a sociedade não saberia compreender o que por conseguinte, abalaria a tranquilidade da população e a própria credibilidade da Justiça. Dessarte, sob a égide da garantia da ordem pública, tenho que é imprescindível a manutenção da prisão em apreço. [...]**

Com efeito, em casos tais, até mesmo quando se trata de indivíduos primários e de bons antecedentes, tem a jurisprudência se posicionado:

'A condição de primário o os bens antecedentes não tomam imune o autor de crime à prisão provisória se houver necessidade desta Perturbação da ordem pública No seu conceito não se inclui apenas o perigo de o agente vir a cometer novos crimes, se mantido em liberdade Abrange, inclusive, a situação em que o fato por suas traumáticas características, perturba é quietude social. Orando as pessoas do seu cotidiano do paz para lhes gerar um estado de temor e apreensão impressão pessoal do juiz. Não se deve perder de vista que o juiz do processo, conhecedor do meio ambiente próximo dos fatos e das pessoas neles envolvidas dispõe, normalmente, de convicção em torno dá necessidade da prisão provisória. Denegaram a ordem' TJRJ – HC – Rel. Ladislau Fernando Ronhelt – RT 600/389; - Código de Processo Penal e sua Interpretação jurisprudencial - Alberto Silva Franco e outros -V. 2-RT-p. 1.973'. [...]

# Superior Tribunal de Justiça

*Ex positis*, nos termos do art. 312 (garantia da ordem pública) e art. 313, I, do CPP (crime doloso com pena superior a 04 anos), decreto a prisão preventiva de LEONARDO SABINO DOS REIS FILHO, expedindo-se competente mandado, recomendando-o na prisão em que se encontra [...] (e-STJ, fls. 113-115, grifou-se).

O Tribunal de origem ratificou a decisão nos termos a seguir transcritos, no pertinente:

**"[...] Segundo consta dos autos, [...] o paciente foi preso em flagrante, no dia 27 de maio de 2019, pela prática, em tese, de tentativa de homicídio e desobediência (art. 121, c/c 14, II e art. 329, todos do CP). Infere-se que o ora paciente estaria envolvido em uma briga; os policiais militares intervieram, tentando imobilizá-lo; ocasião em que supostamente, armado com uma faca e um punhal, teria desferido um golpe no policial Rafael P. de Oliveira, incapacitando-o momentaneamente. Após desvencilhar-se da imobilização, o paciente teria novamente atacado o policial ofendido, pretensamente desferindo-lhe vários golpes na região das costas, no braço e na mão, sendo impedido pela ação de outro policial. Consta que, ainda assim, resistiu à prisão e o policial militar atingido foi socorrido ao hospital (APFD e denúncia - números de ordem 10/16 e 24).**

Pois bem.

**Entendo que a prisão se sustenta com clareza em um dos motivos da preventiva, qual seja a garantia da ordem pública, para evitar que outros atos de delinquência ocorram.**

As circunstâncias que cercaram o suposto delito denotam uma tendência atual da sociedade, qual seja, o avanço do crime, situação que atemoriza a coletividade atualmente. Várias pessoas têm se dedicado, como no caso dos autos, a vários delitos, deixando a sociedade refém da criminalidade. Tal conduta deve ser severamente reprimida em nosso meio.

**Salvo melhor juízo, ações como a supostamente praticada pelo agente atentam contra a ordem pública, que deve ser garantida pelo Estado.**

**A meu ver, a decisão que decretou a custódia cautelar (números de ordem 05/07 e 22), tal qual aquela que manteve a prisão (número de ordem 23), encontram-se fundamentadas na necessidade de garantia da ordem pública.**

**O fato descrito nos autos, além de demonstrar estarem presentes os requisitos do artigo 312 do CPP, provoca grande transtorno ao cidadão comum e à população em geral, gerando preocupação aos aplicadores da lei.**

**Destarte, as circunstâncias do crime evidenciam ser recomendável a manutenção do agente no cárcere, pois a ordem pública deve ser garantida.**

A moderna posição do direito processual penal traz como pressuposto para a decretação e manutenção da prisão cautelar o *periculum*

*libertatis*, ou seja, é necessário que haja um perigo na liberdade do imputado a justificar sua prisão. Neste caso, deve restar provado que há perigo social se o imputado permanecer em liberdade, bem como para o curso do processo, e, ainda, que há provas do cometimento do delito. No caso dos autos, todas as condições acima mencionadas encontram-se presentes. [...]

**Ressalta-se que primariedade técnica, mesmo que demonstrada nos autos, por si só, não é suficiente para ensejar a liberdade provisória, tendo em vista a legalidade da prisão. Outrossim, diante da demonstração concreta dos motivos que ensejam a custódia preventiva do paciente, não há falar em aplicação de medidas cautelares diversas da prisão. [...]**

**Portanto, não acredito estar havendo nos presentes autos nenhuma ilegalidade na prisão, eis que se encontra devidamente sustentada tanto nas circunstâncias do crime quanto nos motivos da prisão preventiva.**

Percebe-se, então, que a prisão preventiva funciona com a finalidade de prevenção e, não, com de punição, que é característica apenas da prisão definitiva.

Com estas considerações, ao não vislumbrar o alegado constrangimento ilegal, DENEGO A ORDEM.

(e-STJ, fls. 63-69, grifou-se).

No caso, a prisão preventiva está adequadamente motivada em elementos concretos extraídos dos autos, que indicam a necessidade de se resguardar a ordem pública e a adequada instrução criminal, pois a periculosidade social do recorrente está evidenciada no *modus operandi* do ato criminoso.

Segundo delineado pelas instâncias ordinárias, o recorrente envolveu-se em uma briga, momento em que alguns policiais militares tentaram imobilizá-lo. Conforme consta dos autos, o acusado, armado com uma faca e um punhal, teria desferido golpes em um dos policiais, por duas vezes, atingindo-o na região das costas, braço e mão, tendo, ainda, resistido à prisão.

Nesse sentido, os seguintes julgados que respaldam esse entendimento:

"PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS* SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. INADEQUAÇÃO. TENTATIVA DE HOMICÍDIO QUALIFICADO. PRISÃO PREVENTIVA MANTIDA NA DECISÃO DE PRONÚNCIA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. *MODUS OPERANDI*. PERICULOSIDADE DOS AGENTES. MOTIVAÇÃO IDÔNEA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CARACTERIZADO. *WRIT* NÃO CONHECIDO.

[...] 2. A teor do disposto no art. 312 do Código de Processo Penal, havendo prova da existência do crime e indícios suficientes de autoria, a prisão preventiva poderá ser decretada para garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal.

3. Hipótese em que o Juiz sentenciante manteve a prisão cautelar na decisão de pronúncia, porque subsistiam os fundamentos que a

# Superior Tribunal de Justiça

justificaram, consubstanciados na garantia da ordem pública. Segundo se observa, os pacientes, agindo com *animus necandi*, teriam agredido a vítima, violentamente, no estacionamento de um supermercado, com golpes de faca, chutes e socos, que lhe causaram lesões graves, não conseguindo, contudo, alcançar seus intentos homicidas porque ela, com a ajuda do filho de 9 anos, conseguiu fugir e pedir auxílio a terceiros. O motivo do delito seria uma prévia desavença entre eles porque a vítima teria solicitado a desocupação da casa de sua ex-esposa, que havia sido invadida pelos supostos agressores.

4. Segundo reiterada jurisprudência desta Corte, a periculosidade dos agentes, evidenciada no *modus operandi* do delito é fundamento idôneo para justificar o encarceramento cautelar, tendo como fim o resguardo da ordem pública.

5. Habeas corpus não conhecido".

(HC 440.919/RS, de minha Relatoria, QUINTA TURMA, julgado em 14/08/2018, DJe 23/08/2018, grifou-se).

"RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS*. HOMICÍDIO QUALIFICADO. 1. EXCESSO DE PRAZO PARA A FORMAÇÃO DA CULPA. NÃO OCORRÊNCIA. RAZOABILIDADE. 2. PRISÃO PREVENTIVA. GRAVIDADE CONCRETA DA CONDUTA. *MODUS OPERANDI*. PERICULOSIDADE SOCIAL DO RECORRENTE EVIDENCIADA. [...] NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CARACTERIZADO. 3. RECURSO DESPROVIDO.

[...] 3. Sabe-se que o ordenamento jurídico vigente traz a liberdade do indivíduo como regra. Antes da confirmação da condenação pelo Tribunal de Justiça, a prisão revela-se cabível tão somente quando estiver concretamente comprovada a existência do *periculum libertatis*, sendo impossível o recolhimento de alguém ao cárcere caso se mostrem inexistentes os pressupostos autorizadores da medida extrema, previstos na legislação processual penal.

4. No caso, o decreto de prisão encontra-se devidamente motivado, haja vista que destacou a gravidade concreta da conduta criminosa, evidenciada pelo *modus operandi*, ressaltando que a vítima foi surpreendida com um disparo de arma de fogo na região da cabeça e, ainda, foi lesionada com arma branca em plena via pública.

Salientou, também, a periculosidade social do recorrente, pois há indícios de seu envolvimento com o tráfico de drogas. Portanto, a custódia cautelar está justificada na necessidade de garantia da ordem pública, ante a gravidade concreta da conduta e a periculosidade do recorrente.

5. Recurso ordinário a que se nega provimento.

(RHC 80.701/AL, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 23/05/2017, DJe 30/05/2017, grifou-se).

# Superior Tribunal de Justiça

No que tange à alegação de "inexistência de provas robustas nos autos" (e-STJ, fl. 83), por não ter a vítima se lesionado gravemente, verifica-se que a questão não foi analisada pelo Tribunal de origem, no julgamento do *writ* originário. Dessa forma, sua apreciação direta por esta Corte Superior fica obstada, sob pena de se incorrer em indevida supressão de instância.

Ilustrativamente, esse é o entendimento das Turmas que compõem a Terceira Seção desta Corte de Justiça:

"AGRAVO REGIMENTAL EM *HABEAS CORPUS*. OFENSA AO PRINCÍPIO DA COLEGIALIDADE. NÃO CONFIGURAÇÃO. INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 34, INCISO XX, DO REGIMENTO INTERNO DESTA SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. [...] SEGREGAÇÃO DEVIDAMENTE JUSTIFICADA. MANDADO DE PRISÃO AINDA NÃO CUMPRIDO. NECESSIDADE DE PRESERVAÇÃO DA MEDIDA CONSTRITIVA. PROVIDÊNCIAS CAUTELARES ALTERNATIVAS. INSUFICIÊNCIA. EXCESSO DE PRAZO PARA O OFERECIMENTO DA DENÚNCIA E NEGATIVA DE AUTORIA. MATÉRIA NÃO EXAMINADA NO ARESTO IMPETRADO. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. MANUTENÇÃO DA DECISÃO POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO. [...]

5. Vedada a apreciação, diretamente por esta Corte Superior de Justiça, sob pena de se incidir em indevida supressão de instância, das teses que não foram analisadas pelo Tribunal de origem no aresto combatido.

6. Agravo regimental improvido."

(AgRg no HC 432.177/PE, rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, j. 13/12/2018, DJe 4/2/2019, grifou-se).

"*HABEAS CORPUS*. [...] PRISÃO DOMICILIAR. PLEITO NÃO SUBMETIDO À INSTÂNCIA ORDINÁRIA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. IMPOSSIBILIDADE DE EXAME POR ESTA CORTE. ORDEM PARCIALMENTE CONCEDIDA.

1. Não debatida a matéria na instância ordinária, não cabe a este Superior Tribunal de Justiça inaugurar o enfrentamento da tese, sob pena de indevida supressão de instância.

[...](HC 400.229/SP, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 27/02/2018, DJe 08/03/2018, grifou-se).

Demais disso, ainda que assim não fosse, a análise de inexistência de provas demanda o revolvimento do contexto fático-probatório, inviável na sede de recurso em *habeas corpus*.

Ante o exposto, **nego provimento** ao recurso ordinário.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO RIBEIRO DANTAS

Relator

